

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Divulgação



Calendário do Pasep começa com nascidos em janeiro

Pasep de 2026 começará a ser pago em 15 de fevereiro

O abono salarial do Pasep, que é destinado a servidores públicos, começará a ser pago no dia 15 de fevereiro e vai até 15 de agosto para os nascidos em janeiro. O valor será depositado pelo Banco do Brasil (BB). Têm direito ao abono servidores com remuneração média mensal de até R\$ 2.766 — o que corresponde à soma de dois salários mínimos de 2023 (R\$ 2.640), corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2024, de 4,77%. Também é preciso estar vinculado ao Pasep há, pelo menos, cinco anos e ter exercido atividade remunerada por, no mínimo, 30 dias no ano-base (no caso, 2024).

Meses trabalhados no ano

O valor do benefício varia conforme o número de meses trabalhados no ano-base, podendo chegar até um salário mínimo (R\$ 1.621). Os valores permanecerão disponíveis para saque até o último dia útil do calendário bancário de 2026. Se não forem sacados dentro desse prazo, o valor volta aos cofres públicos, embora o trabalhador ainda possa solicitar o resgate ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) dentro do prazo de até cinco anos.

Reprodução site Cultura Alternativa



BB fará leilão online em plataformas próprias

Pagamento será feito pelo BB

O pagamento será realizado prioritariamente por crédito em conta bancária no Banco do Brasil. O dinheiro também pode ser transferido via TED ou Pix. Para aqueles que não têm conta ou chave Pix, o saque poderá ser realizado presencialmente nas agências do BB. Começaram a valer novas regras para o abono, conforme previsto na Emenda Constitucional 135, de 2024. A norma alterou o critério de renda para o acesso ao benefício, estabelecendo a redução ano a ano do limite de renda média mensal dos trabalhadores que têm direito.

Patamar menor em 2035

A expectativa é de que, até 2035, o limite atinja o patamar de um salário mínimo e meio. Apesar disso, o valor do abono permanecerá inalterado. Outra mudança diz respeito ao ano-base. O abono salarial pago neste ano será referente ao ano-calendário de 2024. Até pouco tempo atrás, a liberação do abono considerava quem tinha trabalhado com registro formal no ano-base anterior.

Calendário

Antes da EC 135, o calendário de pagamento do Pasep tinha início no segundo semestre de um ano e terminava no primeiro semestre do outro. Por exemplo, o abono pago em 2019/2020 levou em conta quem tinha trabalhado em 2018. Mas isso mudou, agora leva-se em conta dois anos anteriores.

Ano-base 2024

O abono de 2026 é referente ao ano-base de 2024. No calendário de pagamento de 2025 (ano-base 2023), 26.470.177 trabalhadores tiveram direito ao pagamento do abono salarial, referente ao ano-base de 2023 e revisão dos cinco anos anteriores. O valor foi pago a 99,42% desse total (26.317.733).

Lote extra

Em outubro, o ministério pagou a 1.640.201 trabalhadores um lote extra, criado por uma resolução, após o atraso de empresas e prefeituras de todo país no encaminhamento das informações desses funcionários, o que atrasou o pagamento. Em caso de dúvida, o trabalhador pode ligar para o telefone 158.

Magistério

Os professores da educação infantil (crianças de 0 a 5 anos) fazem parte do rol de profissionais do magistério público. Na prática, a proposta estabelece que os docentes que atuam em creche e pré-escolas terão direito ao piso salarial nacional e ao enquadramento em planos de carreira. O PL que prevê a mudança foi sancionado pelo presidente Lula.

Lei 15.326

A Lei 15.326/2026, aprovada sem vetos, foi publicada no Diário Oficial da União do dia 7. O antigo Projeto de Lei (PL) 2.387/2023, de autoria da deputada federal Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP) e do deputado Reimont (PT-RJ), altera a Lei 11.738/2008 para incluir os professores como profissionais do magistério.

Legislação

A legislação entende profissionais do magistério público como aqueles que “desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares”.



Candidatos terão que enviar documentação para o MGI

MGI convoca 254 em lista de espera do CPNU 1

Inscrições serão feitas no site da Enap e prazo vai até o dia 20

Da redação

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) convocará 254 pessoas candidatas aprovadas e classificadas em lista de espera da primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) para matrícula nos cursos de formação, terceira etapa do certame. As matrículas começam nesta terça-feira (13) através do site da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A publicação do edital está prevista para sair no Diário Oficial da União (DOU).

A convocação contempla as vagas que não tiveram as matrículas efetivadas após a segunda convocação em novembro para vagas remanescentes e adicionais da primeira edição do CPNU, e alcança candidatos aos cargos de Analista de Comércio Exterior (ACE), Analista de Infraestrutura (AIE), Analista em Tecnologia da Informação (ATI), Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), conforme relação constante no Anexo I do edital a ser publicado.

Os cursos de formação são promovidos pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e constituem etapa obrigatória para o provimento das vagas. A convocação observa a ordem de classificação, as preferências indicadas no ato de inscrição e as manifestações de interesse em permanecer na lista de espera rea-

lizadas ao longo de 2025.

De acordo com as regras do concurso, a convocação para um curso de formação implica a exclusão automática da pessoa candidata das listas de espera relativas a cargos menos preferidos. Ainda assim, conforme previsto no edital, candidatos já convocados anteriormente poderão ser chamados para cursos de formação de cargos mais bem classificados em sua ordem de preferência, a depender do avanço das listas.

A lista completa das pessoas convocadas pode ser consultada em <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursionacional/convocacao-novas-vagas>

Prazos

A matrícula deverá ser realizada exclusivamente no site da Enap, iniciando o período nesta terça-feira (13), a partir das 8h, e seguindo até dia 20 de janeiro, às 23h59 (horário de Brasília). A participação no curso de formação somente estará assegurada após a efetivação da matrícula dentro do prazo.

O edital detalhará a documentação obrigatória, incluindo identificação pessoal, foto, dados bancários e, quando aplicável, comprovações específicas para servidores públicos federais, pessoas com deficiência, gestantes ou candidatos em situações excepcionais de saúde.

Os cursos de formação, que serão realizados em Brasília/DF, constituem a terceira e última etapa eliminatória do CPNU 1.